

Brevíssimas, porém impiedosas, notas contra qualquer concepção de filosofia que não seja a analítica tradicional

Emerson Valcarenghi

UFPI

ecvalcarenghi@yahoo.com.br

Antes de falarmos sobre as diferentes concepções de filosofia e também sobre a considerável ambiguidade ligada à expressão e suas correlatas, gostaríamos de tecer algumas observações rápidas sobre uma ou mais teses que versam sobre o surgimento da atividade filosófica na história. A natureza da discussão, porém, não será estritamente histórica, tal como poderemos constatar.

Tem-se assumido, quase como um mantra, a tese de que a atividade filosófica, cujo útero geográfico teria sido a Grécia, seguiu-se de algum modo intelectualmente relevante ao mito/mitologia.¹ Nesse caso, o que se assume é a tese de que houve uma espécie de evolução das explicações mitológicas, que invocavam divindades para explicar a ocorrência de fenômenos naturais, para as explicações filosóficas, que não o faziam.² Mas, essa compreensão de uma passagem disruptiva do mito para a filosofia tem de ser julgada muito estranha, tal como vemos as coisas. Afinal de contas, há uma atividade intelectual em que *também* se busca explicar, especificamente, a ocorrência dos fatos do mundo real apelando apenas a princípios naturais, que é a atividade científica. Por exemplo, Empédocles e sua teoria dos quatro elementos expressam uma tentativa de explicar quais seriam os itens físicos mais elementares do mundo real, em outras palavras, qual seria o alfabeto físico do mundo real.³ Mas, sendo assim, por que então a passagem teria sido do mito para a filosofia em vez de ser do mito para a ciência? Seriam a filosofia e a ciência a mesma coisa, apenas com nomes diferentes? Não, certamente que não. Afinal de contas, certas perguntas expressas por autores, que também foram designados de “filósofos”, não têm um sentido limitado exclusivamente a situações do mundo real. Consideremos, por exemplo, as perguntas sobre o que é a justiça ou sobre o que é conhecimento endereçadas por Platão em *A República* e no *Teeteto*, respectivamente. O ponto aqui é o seguinte: nós nos manteremos mergulhados numa confusão, se insistirmos em sustentar a tese de que houve uma passagem do mito para a filosofia para efeito de filósofos ofertarem explicações sobre fatos específicos do mundo real. Tal passagem disruptiva não foi da explicação mitológica para a filosófica, se entendemos que a filosofia trata de problemas não especificamente vinculados ao mundo real, como é o caso das perguntas platônicas mencionadas há pouco. Infelizmente, a confusão só aumenta, em desagravo aos leitores, porque muitos autores não parecem ter clareza da diferença de gênero dos problemas que eles, explícita ou implicitamente, veiculam em seus textos. Assim, se a filosofia se constitui no conjunto de teorias oferecidas para responder perguntas platônicas, tais como aquelas que mencionamos há pouco, então não devemos, sob nenhuma hipótese, aceitar a tese de que houve uma passagem intelectualmente disruptiva do mito para a filosofia. Só poderíamos fazer tal coisa, se entendêssemos que a atividade filosófica estivesse ligada a dar respostas para perguntas cujo foco específico envolvesse o mundo real. Mas, tal como vimos, tais perguntas são do tipo que é próprio à atividade *científica*. Em outras palavras, como poderíamos distinguir as atividades próprias de cientistas e de filósofos, se assumíssemos que perseguem responder o mesmo *tipo* de problema? Simplesmente, não poderíamos.

¹ Ver <https://pt.wikipedia.org/wiki/Filosofia#Hist.C3.B3ria>

² E tem de ser essa mesma a diferença entre explicações mitológicas e não-mitológicas, ou seja, a invocação de divindades para explicar fenômenos naturais. A diferença não pode residir no contraste entre a *falsidade* da explicação mitológica e a *verdade* das explicações não-mitológicas. Se fosse assim, qualquer explicação não-mitológica, uma explicação *científica*, por exemplo, teria de ser verdadeira apenas em razão de ser científica. Mas, isso é falso. Não deixamos de dizer, por exemplo, que Lamarck foi um cientista e que sua teoria do uso-desuso é de natureza científica, a despeito de considerar tal teoria falsa.

³ Ver <https://pt.wikipedia.org/wiki/Empédocles>

A confusão é *parcialmente* resolvida, ao levarmos em conta a ambiguidade histórica das expressões “filosofia”, “filósofo”, “atividade filosófica” e expressões correlatas.⁴ Assim, se usamos o termo “filosofia” como estando relacionado à atividade intelectual que persegue responder perguntas do tipo platônico, como as que vimos antes, então não podemos aceitar a tese de que a passagem histórica do tipo de explicação foi da mitológica à filosófica, mas, sim, da mitológica à *científica*. O restante da confusão envolvendo os conceitos de filosofia e ciência emana, a nosso ver, de concepções *não-analíticas* de filosofia.

Embora o propósito aqui não seja o de realizar um amplo confronto entre as diversas concepções de filosofia, queremos ficar pé em alguns pontos que consideramos essenciais na discussão. Primeiro, precisamos observar o seguinte: a correta concepção a respeito do que é a filosofia terá de estar relacionada *umbilicalmente* a uma explicação correta acerca da diferença entre a atividade filosófica e a atividade científica, ou entre elas e outras atividades intelectuais, como a tecnológica, por exemplo. Ocorre que as concepções *não-analíticas* de filosofia, em particular, as concepções hermenêutica e dialética, *não permitem procedermos àquela distinção*. Nós queremos acusar tais concepções de filosofia, cujo gênero se costumou chamar de “continental”⁵, de promoverem uma confusão entre as atividades intelectuais de filósofos e cientistas. A razão é a de que o estatuto intelectual dessas concepções está comprometido até as entranhas com a ideia de que a resolução dos “seus” problemas – eles são, em rigor, de natureza *científica* – ocorre *aprioristicamente*, que é o modo pelo qual o estatuto intelectual da filosofia analítica determina tradicionalmente resolver os seus problemas. Em suma, queremos acusar a dialética e a hermenêutica de criarem, por conta da hibridação de dois estatutos intelectuais intrinsecamente diferentes, uma pseudoatividade filosófica ou uma pseudoatividade científica. Qualquer uma delas constitui uma entidade monstruosa, um Frankenstein, uma quimera intelectual.

Para vermos que isso é assim, vamos considerar, primeiramente, a concepção dialética a respeito o que é a atividade filosófica. Assumiremos aqui que essa concepção metafilosófica assume, grosso modo, que a meta da atividade filosófica é descobrir um princípio-sistema que *sintetize* todos os princípios científicos verdadeiros.⁶ O ponto aqui é que não vemos como essa concepção permitiria distinguir a atividade filosófica da científica – algo que, só para lembrar, é mandatário para qualquer concepção metafilosófica. O ponto de contenção contra a dialética é o seguinte: qualquer teoria resultante da síntese de teorias científicas, ainda que verdadeiras, será também uma *teoria científica*. Ela não deixaria, nem poderia deixar, de estar sujeita à confirmação perceptual para ser decidida verdadeira, exatamente do mesmo modo que as teorias científicas que ela eventualmente sintetizasse. Seria mágico pensarmos que uma teoria que sintetizasse um número qualquer de teorias científicas não estivesse, ela mesma, obrigatoriamente sujeita à confirmação perceptual para ser decidida verdadeira, tal como as teorias que ela eventualmente sintetizasse. Se não fosse assim, uma teoria que sintetizasse *n* teorias científicas poderia ser decidida como *verdadeira*, a despeito do fato de as teorias por ela sintetizadas terem sido perceptualmente *desconfirmadas*. Isso, é claro, seria um completo absurdo. Afinal, se uma teoria sintética, *TS*, sintetiza as teorias científicas *T₁, T₂... T_n* e essas teorias são perceptualmente *desconfirmadas*, então *TS* também se tornou *desconfirmada*. É essência vermos aqui que o fato de uma atividade intelectual ter a atividade científica como seu assunto não é suficiente para que aquela atividade deixe de ser científica. Ao preconizar que a atividade do filósofo é a de capturar, de algum modo, o sistema do mundo real, a concepção dialética torna a filosofia uma espécie de ciência da ciência. E é óbvio que um cientista da ciência continua sendo um cientista, não um filósofo.

⁴Basta especularmos um pouco sobre o tipo de pergunta que o chamado “filósofo” Empédocles perseguiu responder com a sua teoria dos quatro elementos e o tipo de pergunta que acima classificamos como *platônicas*. No que diz respeito a sua teoria e ao problema ao qual ela foi destinada resolver, Empédocles foi alguém que, hoje, chamaríamos de “cientista da química” ou, simplesmente, “químico”, cuja proposta seria a de que a tabela periódica possuiria apenas quatro elementos.

⁵Para detalhes, ver Joll (*Contemporary Metaphilosophy*, disponível em: <http://www.iep.utm.edu/con-meta/>).

⁶É como serenamente assumiremos aqui a concepção básica de filosofia de Hegel (Prefácio da *Fenomenologia do Espírito*, p. 29) enquanto *sistema*, ou algo por ela implicado, com todo ônus e bônus que a empreitada carrega.

Isso posto, vamos considerar agora a concepção hermenêutica para a atividade filosófica. Lembrando apenas que faremos tal coisa em consideração da acusação que fizemos contra ela de não permitir fazermos uma distinção entre a atividade filosófica e a atividade científica. Para mostrá-lo, vamos assumir que a concepção hermenêutica postula que a tarefa do filósofo é, grosso modo, a de interpretar o ser humano e/ou a cultura de seu tempo ou época, tal como se manifesta (ou desvela-se) na linguagem.⁷ Nesse caso, o filósofo seria uma espécie de captador da mentalidade humana e/ou social do seu tempo. Ocorre que, sendo assim, a atividade filosófica se mistura de modo inevitavelmente confuso com a atividade intelectual que se espera seja executada por antropólogos, sociólogos etc., os quais têm de fato que tentar determinar as propriedades relativas de seres humanos e sociedades *especificamente* reais. É importante perceber ainda que, mesmo que se argumentasse que o tipo de captura ou interpretação a ser feita pelo filósofo tivesse a antropologia/sociologia/etc. como seu objeto, valeria aqui o que já valeu antes para a concepção dialética: a decisão quanto à verdade ou não das afirmações que expressariam a suposta captura hermenêutica estaria sempre subordinada à confirmação perceptual, exatamente como se *deve* proceder na atividade científica. Por essa razão, a concepção hermenêutica também não permite distinguirmos a atividade filosófica da científica.

Em suma, as concepções de metafilosofia examinamos acima, próprias do que se designa de “filosofia continental”, estão imersas em confusão “existencial”. Seus praticantes alegam, ou sugerem, que de modo algum produzem ciência, mas fazem-no apenas por que pretendem decidir aprioristicamente a verdade/falsidade de seus produtos intelectuais sentados nas confortáveis poltronas das suas imensas bibliotecas. Contudo, as suas propostas são dirigidas *especificamente* ao mundo real e, por essa razão, não podem ser adequadamente decididas verdadeiras/falsas *a priori*. Pretendem produzir um conteúdo não-científico lidando com problemas científicos.

Nesse momento dramático, uma alternativa poderia ser invocada aqui a fim de evitar as dificuldades que envolvem essa perspectiva supracientífica. É a tese de que o que cabe ao filósofo é expressar os modelos lógico-formais mais gerais das teorias científicas ou, dito de mais simples, expressar a forma lógica de tais teorias. Em resposta, diríamos que essa descrição do que seria a atividade filosófica prevê apenas a mera aplicação de sistemas lógicos a itens da linguagem científica com o fito de expressar formalmente os itens que constituem propriamente os objetos de cálculo das propriedades lógicas ou metalógicas. Parece-nos, assim, que a confusão agora seria entre a atividade do filósofo e a atividade do lógico (falaremos mais sobre tal diferença à frente). Sendo assim, a proposta deve ser recusada.

Há outra perspectiva ainda para a diferença entre as atividades filosófica e científica a qual apela para o tratamento da questão acerca da origem do Cosmos/Universo como sendo uma das questões demarcatórias.⁸ Nesse caso, as questões que dizem respeito à origem do Cosmos/Universo seriam *exclusivamente* filosóficas, enquanto as questões *a partir* da origem seriam próprias da atividade científica. Tal distinção nos parece completamente arbitrária. Apesar de podermos distinguir problemas ligados ao antes e ao depois de certo estado do Cosmos/Universo, ambos os lados da divisão de problemas continuam sendo dirigidos *especificamente* ao mundo real. Acontece que, tal como já vimos, os problemas que classificamos de “filosóficos” e quem pertencem à ética, à epistemologia, à estética, à linguagem etc. não são problemas cujas tentativas de solução são dirigidas *particular e especificamente* ao mundo real. Assim, quaisquer questões que envolvam o antes do Cosmos/Universo, embora obviamente envolvam problemas conceituais, são particularmente relativas *ao mundo real*. E é justamente por essa razão que *não* são problemas filosóficos *stricto sensu*.

⁷É como serenamente assumiremos aqui as concepções básicas de filosofia, segundo Heidegger (*The Fundamental Concepts of Metaphysics*, pp. 1-9) e/ou Gadamer (*El Giro Hermenéutico*, em especial, pp. 27-38), enquanto *interpretação* ou algo por ela implicado, com todo ônus e bônus que a empreitada carrega.

⁸Embora a questão da etiologia do Cosmos/Universo possa ser encontrada ligada à questão da existência de Deus na literatura (ver, por exemplo, Swinburne em *Is There a God?* e Craig em *The Kalam Cosmological Argument*), tal associação não é evidentemente necessária, como esses autores mesmos autores teriam de admitir, haja vista os argumentos não-teístas e – supostamente – não-científicos sobre a etiologia do Cosmos/Universo que eles mesmos discutem.

Outra perspectiva ainda para a atividade filosófica é a de ser a crítica da cultura. Ocorre que, se considerarmos que a cultura de uma comunidade é, ao menos, o conjunto de crenças compartilhadas por tal comunidade, ou uma sua parcela relevante, então, dependendo do conteúdo das proposições acreditadas, encontraremos nesse conjunto crenças filosóficas, científicas, tecnológicas, políticas, religiosas, de gosto e assim por diante. Ora, é parte natural da agenda de filósofos, cientistas, tecnólogos etc. oferecer argumentos críticos contra as teorias que são objeto das crenças de seus oponentes intelectuais. Nesse sentido, os argumentos são endereçados com o propósito de refutar as respostas oferecidas por membros das respectivas comunidades intelectuais aos problemas com os quais lidam em suas respectivas atividades intelectuais. Sendo assim, a tese de que a filosofia é crítica da cultura só faz confundir a atividade intelectual do filósofo com a de outros tipos de intelectuais.

Outra perspectiva para a atividade filosófica é a de que o seu caráter não é descritivo ou substancialista, como a tarefa de analisar conceitos, mas normativo-teleológico. Nesse caso, a tarefa do filósofo seria a de expressar verdades da ordem do *dever-ser* relativamente a uma determinada meta/propósito/finalidade/etc. Tal concepção de filosofia não pode ser acusada de confundir as atividades filosófica e científica. Mas, não está livre de cometer outra. A dificuldade com essa perspectiva está no fato de confundir a atividade do filósofo com a atividade do tecnólogo, independentemente da área: legislativa, moralista, médica, da engenharia, etc.. As atividades tecnológicas é, bem verdade, têm caráter normativo, pois o problema com o qual estão envolvidas é do tipo “Como conseguir/obter/fazer tal-e-tal?”. Tais atividades podem ser de natureza *a priori* (como as atividades do lógico e do matemático) ou *a posteriori* (como as atividades do médico, do advogado, do engenheiro, do educador etc.). O que esses diferentes tipos de atividades tecnológicas têm em comum é o compartilhamento das teorias substanciais da filosofia (para o caso da atividade do lógico e do matemático) e das teorias substanciais da ciência (para o caso das atividades do médico, do advogado, do engenheiro, do educador etc.). As teorias substanciais em questão funcionam, então, como axiomas ou pressupostos para o desenvolvimento e satisfação das metas próprias de cada atividade tecnológica.

Por fim, cabem algumas observações sobre uma concepção de filosofia que – vamos assumir – também teria pretensões de analisar os conceitos que usamos em nossas atribuições, mas que, ao contrário da perspectiva tradicional defendida aqui, postula que o emprego de metodologia *a posteriori* é imprescindível para a resolução dos problemas filosóficos.⁹ Trata-se da concepção de filosofia chamada de “naturalista” ou “naturalizada” e cuja expressão metodológica tem sido chamada de “filosofia experimental”. Nós discutimos tal concepção de filosofia analítica vanguardista por meio de um contraste metodológico em relação à filosofia analítica tradicional/clássica.¹⁰ Aqui, queremos apenas destacara um dos pontos nevrálgicos dessa discussão, o qual pode ser sintetizado assim: qualquer concepção de filosofia que defenda o emprego de uma metodologia *a posteriori* será incapaz de oferecer uma metodologia mais eficaz de resolução dos problemas filosóficos do que a concepção tradicional/clássica de filosofia analítica. E, tal como defendemos, um agente filosófico é um agente reflexivo. Por essa razão, um filósofo deve executar *o método mais eficiente a ele disponível* para o atingimento de suas metas intelectuais, sob pena de irrazoabilidade das crenças filosóficas por ele havidas. E é óbvio que qualquer concepção de filosofia que acarrete irracionalidade das crenças de seus agentes intelectuais deve ser rejeitada – *a priori* – como absurda. Nesse momento crítico, alguém poderia, contudo, argumentar que a concepção naturalista não disputa realmente o mesmo tipo de problema intelectual com a concepção analítica deixando, contudo, intacto o princípio de soberania da metodologia *a posteriori* na obtenção de respostas corretas aos respectivos problemas (quaisquer que fossem eles). Em reação, diríamos que tal alegação parece constituir apenas o saltar do fogo para a frigideira. Afinal de

⁹É evidente que, se for a concepção naturalista de filosofia não tiver nenhuma pretensão analítica, então não haverá também uma disputa genuína entre as concepções naturalista e analítica de filosofia.

¹⁰ Cf. VALCARENGHI, E. C. Filosofia analítica tradicional vs. filosofia naturalista/experimental, intuição conceitual vs. conceptômetro: quem vence a disputa?, *Analytica-Revista de Filosofia*, v. 20, n. 2, Filosofia Experimental, disponível em <<https://revistas.ufjf.br/index.php/analytica>>, 2016, pp. 81-100.

contas, essa via de escape apenas comprometeria a concepção naturalista de filosofia com uma confusão (de novo!) entre a atividade filosófica e a científica ou entre a atividade filosófica e a tecnológica. O ponto capital da discussão é agora o seguinte: se, como alega a via de escape acima, não cabe à atividade filosófica tratar de respostas expressando todos os conceitos necessários em relação a um dado conceito, então só pode caber fazê-lo em relação aos conceitos contingentes em relação àquele. Ocorre que esse é propriamente o problema da atividade científica. Dado que, segundo a concepção naturalista de filosofia, a metodologia filosófica seria *a posteriori*, justamente como é a metodologia da atividade científica, então não haveria alternativa aqui para a via de escape em jogo, senão o absurdo de estar comprometida com a equação “atividade filosófica = atividade científica”. Como se pode ver, o que cabe à concepção naturalista de filosofia é, ou a frigideira, ou o fogo.

Para arrematar, vamos propor um breve, porém fatal, argumento contra qualquer tentativa de se *negar* que a atividade filosófica seja pura análise conceitual. Consideremos que a forma da objeção à tese de que a atividade filosófica seja somente análise conceitual seja algo assim “A atividade filosófica não constitui apenas análise conceitual, haja vista que *X*” (onde “*X*” está no lugar da proposição que implica de modo *informativo e relevante* que a atividade filosófica não é exclusivamente análise conceitual). Isso posto, a pergunta desafiadora é a seguinte: como alguém poderia provar de modo *informativo e relevante* que a atividade filosófica não se trata apenas de análise conceitual sem assumir como premissa de tal argumento uma sentença que expresse uma proposta de análise do conceito de atividade filosófica e cuja verdade teria de ser conhecida *a priori* pelo argumentador? Não se poderia. Afinal, para que tal argumento de objeção funcionasse, o objetor teria de oferecer uma proposição, *X*, que descrevesse o que *necessariamente* é a atividade filosófica e não apenas o que ela é *contingentemente*. Mas, sendo assim, para a decepção do nosso objetor, *X* teria ser justamente uma verdade de análise conceitual. Assim, qualquer um que tentar provar que a atividade filosófica não é apenas análise conceitual conseguirá a proeza de cometer contradições de duas diferentes ordens: uma semântica, outra performativa.